

# Legitimação das decisões judiciais pela motivação

Marcus Vinicius Reis Bastos\*

Pesa sobre a atividade jurisdicional, por força do que dispõe o art. 93, IX, da Constituição Federal, a exigência da motivação. Acaso reste desatendida, afirmar-se-á a nulidade do pronunciamento. À parte deste efeito de índole processual, a ausência de motivação repercute na própria legitimação da atividade jurisdicional no Estado Democrático de Direito. É que a manifestação do órgão jurisdicional, enquanto aplicação do Direito, deve se apresentar como razoável, quer se atente para a regra legal aplicada, quer se observe as condições de fato em que se deu sua afirmação. É mediante a explicitação das razões de decidir do magistrado, que a sociedade afere a regularidade da prestação jurisdicional.<sup>1</sup>

A aplicação da norma jurídica consubstancia um ato de conhecimento, na medida em que pressupõe tenha o aplicador identificado seu significado, valendo-se de seu próprio enunciado e dos enunciados de outras normas jurídicas (do mesmo nível hierárquico ou de hierarquia superior) que interferem na questão de direito examinada. Aqui trata-se de fixar as interpretações possíveis da norma em questão.<sup>2</sup> Não se cuida, contudo, de uma enunciação exaustiva. Não há como se fixar, *a priori*, todas as interpretações possíveis de uma norma. Tampouco se pode pretender a fixação de uma única interpretação correta.

À tese de Kelsen, segundo a qual a norma legal é uma moldura que admite várias possibilidades de aplicação, cabendo à Ciência do Direito traçar o quadro das interpretações possíveis, opõe-se a crítica de que não há como se alcançar uma enumeração taxativa destas possíveis aplicações.<sup>3</sup> É que não há um método

capaz de assegurar como possa ser descrito em sua inteireza o quadro ou moldura das interpretações possíveis de uma norma jurídica.

Acresce que toda interpretação é historicamente condicionada; pressupõe modos de olhar ou mundos de vida "... que simplesmente não podem ser colocados entre parêntesis através de uma atividade de distanciamento ou abstração". Daí se segue que "... não há métodos capazes de revelar ou descrever um quadro de verdades objetivas, ahistóricas e descontextualizadas, pois nenhum método é instrumento neutro capaz de superar a sua própria condição de obra humana, histórica, datada, contextual".<sup>4</sup>

Se distintas são as aplicações possíveis de uma norma jurídica, é forçoso reconhecer que a opção do intérprete do Direito por uma delas traduz um ato de vontade. Supor, com Kelsen, ser esta atividade discricionária e estranha à Ciência Jurídica, significa, recorrendo uma vez mais a Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, ignorar que o aplicador da norma decide sempre sob a perspectiva do caso concreto. Nesse sentido, nem todas as aplicações possíveis de uma dada regra legal são válidas num caso concreto.<sup>5</sup>

2. Tanto basta para se perceber a importância que assume a motivação dos provimentos judiciais. As razões de fato e de direito que fundamentam a decisão do órgão judiciário devem ser submetidas ao escrutínio da coerência e da aceitação. Assim é que os motivos da decisão devem estar de acordo com o enunciado da norma jurídica eleita como aplicável ao caso concreto,<sup>6</sup> traduzindo uma sua interpretação que, tecidas com aquelas outras que já abonamos, mantém o todo

\*Juiz Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. Professor do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCeub.

<sup>1</sup> Para uma análise da motivação como garantia processual, consulte GRINOVER, Ada Pellegrini. "O conteúdo da garantia do contraditório" *Novas tendências do direito processual*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 17-44.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. *Interpretação como ato de conhecimento e interpretação como ato de vontade: a tese kelseniana da interpretação autêntica*. Consulte, especialmente, o sustentado nas p. 4 e segs.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Ob. cit., p. 6-7 e 18-19.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Ob. cit., p. 20.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Ob. cit., p. 10 e 21.

<sup>6</sup> Convém observar que se parte de uma concepção ampla acerca das fontes do direito, incluindo-se não apenas as "*fontes stricto sensu*" (lei, costume, atos negociais, jurisprudência), mas também aquilo que Tércio Sampaio Ferraz Júnior denomina "*razão jurídica*" (doutrina, princípios gerais do direito, equidade, analogia). Consulte, a esse respeito: FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo de direito: técnica, decisão, dominação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994, p. 248.

coerente.<sup>7</sup> Por outro lado, têm de se reportar às manifestações das partes no caso concreto, enfrentando seus argumentos, dialogando com elas, fixando-se em atenção às circunstâncias (únicas) do caso concreto.

O ponto crucial da motivação encontra-se, desarte, na reconstrução do caso concreto pelo magistrado. Essa atividade supõe (i) participação efetiva das partes no processo, fornecendo suas razões e respectivas provas; (ii) contato direto entre o juiz e as partes, quando serão apresentadas suas postulações, e; (iii) consideração pelo juiz dos argumentos precedentemente referidos, quando da explicitação de suas razões de decidir. Daí se segue que "... a atuação do juiz não é mais centrada no auto-convencimento, mas na atuação do especialista discursivo que garantiu que as diferentes vozes obtiveram acesso ao discurso e que o resultado discursivo produzido é um produto da racionalidade".<sup>8</sup>

3. Uma decisão assim forjada legitima-se proceduralmente, vale dizer, "... depende do entrelaçamento de argumentos e de perspectivas de interpretação acerca do caso concreto que não pode, por um lado, deixar de considerar os pontos de vista dos diretamente implicados, nem, por outro, se deixar reduzir à sua mera consideração. O que se coloca em questão, nesse momento, é a própria garantia de integridade do Direito, a fim de se garantir tanto a coerência normati-

va da decisão ao sistema jurídico, quanto a sua adequabilidade ao caso concreto".<sup>9</sup>

A legitimação é dita procedimental, por isso que depende diretamente da observância de regras que assegurem aos interessados a participação na decisão judicial, quer através da apresentação de fatos (e de suas provas), quer mediante asserções quanto ao direito aplicável. Nesse sentido, se nos afigura correto identificar a garantia do devido processo legal (Constituição Federal, art. 5º, LIV) com este processo de construção da decisão judicial, assim tida como imparcial, coerente e participada.<sup>10</sup>

A obtenção de um tal provimento jurisdicional, como visto, é dialógica. É dizer, parafraseando Hilary Putnam<sup>11</sup>, que a legitimação (justificação) da decisão judicial reside no fato de que, devidamente considerados os comportamentos e argumentos das partes, aponta para uma decisão razoável, segundo nossas luzes.<sup>12</sup> Uma tal justificação não se reporta a critérios,

<sup>7</sup> Parto, aqui, de uma concepção holística do conhecimento, tal como formulada por Willard V. O. Quine no texto intitulado "Two dogmas of empiricism", encontrado em *From a logical point of view*. MA: Harvard University Press, 1961. Uma sumária exposição e aplicação deste ponto de vista é encontrada em: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Neopragmatismo, Escola de Frankfurt e Marxismo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 77-106. Esta visão asse, dentre outras coisas, que "... culturas alternativas não devem ser pensadas através de um modelo de geometrias alternativas. Geometrias alternativas são irreconciliáveis porque têm estruturas axiomáticas e axiomas contraditórios. Elas são designadas para serem irreconciliáveis. Culturas não são assim designadas e não possuem estruturas axiomáticas. Dizer que elas possuem 'normas institucionalizadas' é apenas dizer, com Foucault, que conhecimento nunca é separável de poder — que iremos provavelmente sofrer, se não sustentarmos certas crenças em certos tempos e lugares. Mais tais suportes institucionais para crenças ganham a forma de burocratas e policiais, não de 'regras de linguagem' e 'critérios de racionalidade'. Pensar de outro modo é a falácia cartesiana de ver axiomas, onde só há hábitos compartilhados, de vislumbrar asserções que sintetizam tais práticas como se elas reportassem constrangimentos que as impõem..." (RORTY, Richard. "Solidariedade ou objetividade?" *Objetivismo, relativismo e verdade – Escritos filosóficos I*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 43 — grifos do original).

<sup>8</sup> MADEIRA FILHO, Wilson. *Teoria da motivação da decisão jurídica – Aspectos introdutórios – lógica e linguística aplicadas ao Direito*.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. *Teoria discursiva da argumentação jurídica de aplicação e garantia processual jurisdicional dos direitos fundamentais*. A transcrição é da p. 28.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Ob. cit., p. 28, *in fine*.

<sup>11</sup> PUTNAM, Hilary. *Razão, verdade e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

<sup>12</sup> "Putnam aceita a posição davidsoniana, como ele mesmo a coloca, de que 'a única justificação de um esquema interpretativo... é o fato de essa justificação tornar por fim o comportamento de outras pessoas minimamente razoável junto a nossas luzes'. Pareceria natural partir daqui para dizer que nós não podemos fugir do raio de ação de nossas luzes: que não podemos nos estabelecer sobre um solo neutro, iluminado apenas pela luz natural da razão. Mas Putnam retrai-se frente a essa conclusão. Ele age dessa forma porque interpreta a asserção de que nós não podemos tomar esse caminho como a afirmação de que o raio de ação de nosso pensamento é restrito pelo que ele chama de 'normas institucionalizadas', critérios publicamente disponíveis para a fixação de todos os argumentos, inclusive os filosóficos. Ele diz corretamente que não há nenhum critério como tal, argumentando que a suposição de que haja um é tão auto-refutável quanto a 'tese da incomensurabilidade'. Ele está, eu acho, inteiramente certo em dizer que a compreensão da filosofia como sendo ou como devendo ser uma tal aplicação de critérios explícitos, contradiz a própria ideia de filosofia. Nós podemos glosar a posição de Putnam, afirmando que, quando uma cultura pára de definir a si mesma em termos de regras explícitas e se torna suficientemente dotada de lazer e civilidade, a ponto de contar com um saber-fazer sem articulação, a filosofia passa a ser precisamente o que torna essa cultura capaz de substituir *phronesis* por codificação e a conquista de estrangeiros pela conversação com eles" (RORTY, Richard. "Solidariedade ou objetividade?" *Objetivismo, relativismo e verdade – Escritos filosóficos I*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 42 — grifos do original).

mas às muitas vantagens práticas que advêm de sua adoção por nós, por nossa comunidade.

A decisão judicial não se legitima, dessarte, mediante a aplicação de critérios ou resíduos de uma noção de "racionalidade transcultural". É que, como visto, não há como adotar a posição realista<sup>13</sup>, consoante a qual em nossa atividade de investigação racional, "... precisamos nos manter fora de nossa sociedade, o tempo que for necessário, para examiná-la sob a luz de algo que a transcenda; ou seja, sob a luz disso que ela tem em comum com toda e qualquer outra comunidade humana possível e atual".<sup>14</sup> Isto é assim, precisamente, porque não temos como fugir de nosso *ethnos*, de nosso grupo social, daqueles que compartilham um substrato mínimo comum de crenças, de sorte a tornar possível uma conversação frutífera.

<sup>13</sup>Realistas, no sentido que tomei a expressão, refere-se àqueles que intentam construir a verdade como correspondência à realidade. Para uma exposição detalhada das diversas teorias sobre a verdade, consulte BLACKBURN, Simon and SIMMONS, Keith. *Truth*. New York: Oxford University Press, 1999.

<sup>14</sup>RORTY, Richard. Ob. cit., p. 38.

## Referências bibliográficas

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo de direito: técnica, decisão, dominação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Neopragmatismo, Escola de Frankfurt e Marxismo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GRINOVER, Ada Pellegrini. "O conteúdo da garantia do contraditório." *Novas tendências do direito processual*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MADEIRA FILHO, Wilson. *Teoria da motivação da decisão jurídica – Aspectos introdutórios – lógica e lingüística aplicadas ao Direito*. Texto apresentado como leitura obrigatória no Módulo IV (Teoria da Motivação da Decisão Judicial) do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Público promovido pelo Conselho da Justiça Federal e pela Universidade Federal Fluminense.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. *Interpretação como ato de conhecimento e interpretação como ato de vontade: a tese kelseniana da interpretação autêntica*. Texto apresentado como leitura obrigatória no Módulo IV (Teoria da Motivação da Decisão Judicial) do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Público promovido pelo Conselho da Justiça Federal e pela Universidade Federal Fluminense.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. *Teoria discursiva da argumentação jurídica de aplicação e garantia processual jurisdicional dos direitos fundamentais*. Texto apresentado como leitura obrigatória no Módulo IV (Teoria da Motivação da Decisão Judicial) do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Público promovido pelo Conselho da Justiça Federal e pela Universidade Federal Fluminense.

RORTY, Richard. "Solidariedade ou objetividade?" *Objetivismo, relativismo e verdade – Escritos filosóficos I*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.